



(Artigo aceito para apresentação no XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, a realizar-se no Rio de Janeiro, de 23 a 27 de maio de 2011.)

A produção dos Espaços dos pobres urbanos, o Efeito de lugar e a questão da moradia, de 1990 a 2010 em Porto Alegre/RS

Ana Paula Madruga

Licenciada em História pela FAPA, graduanda em Ciências Sociais e mestranda em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR/ UFRGS. Interessada pelas problemáticas urbanas, principalmente pela questão da disputa do território pelos movimentos de luta pela moradia

Resumo

Primeiramente apresentamos um panorama do cenário urbano atual, através das mudanças nas relações de produção e os reflexos na configuração dos espaços urbanos das cidades globalizadas. Posteriormente, tratamos dos Espaços dos pobres, e o Efeito de lugar sob os processos de exclusão sócio-espacial como balizador teórico para o estudo. Em seguida, tratamos da produção do espaço urbano através das políticas de moradia na cidade de Porto Alegre, dos anos de 1990 a 2010, pautando as diferenças entre as administrações que se sucederam. Em seguida, apresentamos as discussões sobre “Efeito de lugar” e a apropriação do espaço urbano pelos pobres organizados em movimentos sociais em Porto Alegre nos dias atuais. Por fim, deixamos algumas reflexões nas considerações finais como início de um debate quanto ao Efeito de lugar e o espaço dos pobres na cidade de Porto Alegre e a questão da moradia do período que compreende as duas últimas décadas passadas na cidade.

Introdução

Este artigo é um exercício de reflexão e investigação sobre os pobres urbanos e a produção dos espaços que habitam, alimentando e sendo parte dos efeitos sobre a exclusão sócio-espacial nas grandes cidades contemporâneas. Lócus, onde as transformações contemporâneas fazem com que as classes populares sejam caracterizadas, cada vez mais, por relações informais de trabalho ou trabalho precário. Esse processo é estrutural, e está ligado à concentração de renda e diminuição do trabalho assalariado, permitindo, através de sua espacialização, aferir sua incidência na dinâmica da configuração e estruturação presente nas cidades e metrópoles brasileiras – onde concentra-se 80% da população do Brasil, tendo 40% da população brasileira vivendo nas regiões metropolitanas brasileiras e gerando a metade do Produto Interno Bruto -, apesar de importante, esses espaços urbanos nem sempre se constituem como lócus de atração das políticas públicas que visem amenizar a pobreza e o fosso de desigualdade. Cenário este com problemas urbano-metropolitanos, onde se enquadra Porto Alegre, mesmo que em menor grau dos que os grandes centros do caso brasileiro, Rio de Janeiro e São Paulo.

Para tanto, tratamos da situação e configuração atual das cidades brasileiras e latino-americanas, projetando mais especificamente a cidade de Porto Alegre, situada no Estado do Rio Grande do Sul. A partir da configuração espacial e as políticas de habitação que produz a capital mais ao extremo sul do Brasil. Através de observação empírica e dados estatísticos, nosso objetivo é investigar as possibilidades de análises e as ocorrências de discussões sobre efeito de território ou “Efeito de Lugar” pelos e dos pobres em Porto Alegre, através das políticas públicas ou pelas organizações populares dos Sem-teto. Traremos para o debate a teoria que discute o efeito de território, ou lugar para refletir a partir do espaço e o impacto da segregação territorial nas nossas grandes cidades influente ou não o embate da superação das desigualdades sociais. Abordaremos os conceitos sociológicos de capital espacial, econômico, político e social para explicar a relação humana frente o espaço produzido, vivido e disputado frente os conflitos entre classes.

Primeiramente apresentamos um panorama do cenário urbano atual, através das mudanças nas relações de produção e os reflexos na configuração dos espaços urbanos das cidades globalizadas. Posteriormente, tratamos dos Espaços dos pobres, e o Efeito de lugar sob os processos de exclusão sócio-espacial. Em seguida, tratamos da produção do espaço urbano através das políticas de moradia na cidade de Porto Alegre, dos anos de 1990 a

2010. Assim, apresentamos as discussões sobre “Efeito de lugar” e a apropriação do espaço urbano pelos pobres organizados em movimentos sociais em Porto Alegre nos dias atuais. Por fim, deixamos algumas reflexões nas considerações finais.

Cenário urbano: mudança nas relações de produção e os reflexos na configuração dos espaços urbanos das cidades globalizadas

Com o impacto da crise do modelo desenvolvimentista e da inserção no novo modelo de produção impulsionado pelo mundo globalizado, vigora um momento de transição histórica, onde se esgota o modelo de urbanização *fordista*. As transformações socioeconômicas em curso desde a segunda metade dos anos 70, em especial as decorrentes da globalização e da re-estruturação socioprodutiva, aprofundam o modelo disseminado pelo capitalismo industrial: a separação entre os processos materiais e a urbanização, entre a economia e o território, entre a Nação e o Estado. É elevado e continuo o contingente de pobres, desempregados e empregos precários, refletindo na multiplicação de moradias em favelas e/ou cortiços, e na exacerbação da violência, gerando e alimentando incertezas acerca do futuro das cidades (RIBEIRO, 2004, 2007b; DAVIS, 2006).

Organismos internacionais estimam que em 2015 tenhamos aproximadamente trinta e três aglomerados urbanos do porte de megalópoles, entre os quais vinte e sete estão localizadas em países em desenvolvimento, sendo que apenas Tóquio será a grande cidade do mundo rico. Nesse cenário de crescimento desenfreado do espaço urbano como morada de massas humanas, constata-se que os grandes conflitos do século XXI acontecerão nas grandes cidades, e a problemática da ocupação do espaço estará no centro dos debates, principalmente para o Terceiro Mundo que vem a se tornar cada vez maiores favelas, a qual, conforme Davis, no momento da publicação de seu trabalho, enquadra o Brasil no rol de favelização e pobreza¹ (RIBEIRO, 2004, 2007a; DAVIS, 2006).

A pobreza domina a questão urbana, pobreza e informalidade, pobreza pelo emprego e pobreza pela recessão, são aspectos dominantes nos anos 90. A precariedade no mundo do trabalho, flexibilização, retirada dos direitos básicos como o de mobilidade, saúde, educação, e moradia (a não estabilidade no emprego dificulta a aquisição desta). Nesse cenário a localização espacial da moradia no contexto da cidade se torna relevante. Morar nas regiões centrais é o almejado pelas populações mais carentes e desprovidas economicamente, pois constantemente a região central das cidades é mais provida de

equipamentos urbanos, e concentra grande parte de oportunidades de ganhos financeiros e de renda, podendo ser de trabalhos estáveis, ou mesmo trabalhos temporários. Ou se não, alternativas são buscadas em torno da região central, o aluguel, as ocupações irregulares, caso refletido na realidade do Rio de Janeiro onde a expansão e o adensamento das moradias em favelas nas áreas próximas ou acessíveis aos núcleos a quais a renda e a riqueza estão concentradas, geraram adensamento da ocupação do território e do uso da moradia (SHAPIRA, 1999; RIBEIRO, 2004, 2007a, 2007b).

A partir dessa realidade, conjuntamente com as transformações contemporâneas na esfera sócio-produtiva, detecta-se que as classes populares, cada vez mais, são abatidas por relações informais de trabalho além da precariedade destas. Além do encolhimento da fração da classe assalariada, em especial as ligadas ao trabalho industrial. Reflexos de processos estruturais ligados à concentração de renda, através de sua espacialização no território urbano, aferindo sua incidência na dinâmica da configuração e estruturação presente nas cidades e metrópoles brasileira. Nesse cenário, temos a “nova” relação entre economia e território, que reproduz na escala intra-urbana as dissociações, inclusive nas cidades do mundo desenvolvido, fazendo surgir territórios excluídos dos benefícios do crescimento, cristalizando-se em guetos e periferias, como é o caso dos guetos nos Estados Unidos e das *banlieues* na França. Lugares esses onde a precariedade do *habitat*, o isolamento do *mainstream* da sociedade, a violência e a desertificação cívica são as principais marcas, estigmatizando os espaços da concentração de pobreza e miséria (RIBEIRO, 2004, 2007a; DAVIS, 2006).

A reestruturação do capitalismo torna-se uma nova forma de acumulação, que fora acompanhada por transformações políticas do Estado - descentralização que o limita a gestor dos fundos públicos, e repassando os recursos. Este contexto, intitulado de neoliberal, alterou sensivelmente as políticas sociais, e o Estado outrora mais presente como produtor de ações, deixou espaço para ser preenchido por novos ‘parceiros’, acelerando a privatização de serviços essenciais ao bel prazer da lógica de mercado. Os reflexos na configuração do espaço dessa privatização aparecerão a partir da segregação e fragmentação produzida (RIBEIRO, 2004). Assim, identificamos a emergência de um novo modelo que substitui a cidade orgânica: a cidade fragmentada. A fragmentação resulta da desaparecimento do funcionamento global, por pequenas unidades. Diluem-se as ligações orgânicas entre os pedaços da cidade, a pobreza do continuo espacial e a repetição das

ilegalidades nas diferentes escalas infra-urbanas. Ilhas de pobreza à jusante das isoladas riquezas no seio dos arquipélagos urbanos (SHAPIRA, 1999).

É nesse cenário urbano que os reflexos produtivos das mudanças macroeconômicas produzem o espaço social das cidades, conseqüentemente incidindo na segregação social e os efeitos que estes geram na dinâmica da desigualdade sócioespacial. Para que possamos compreender o macro, que outrora no auge do neoliberalismo, nos apresentava clara, hoje se encontra em processo de transição, sem entendimento conciso sobre a mudança e seus efeitos. Sabedores dessa alteração e transição histórica, porém não ainda dominantes desse novo conhecimento, lançaremos mão da conjuntura neoliberal *a priori*, para passarmos do abstrato em direção a incorporação da realidade dos pobres em contextos estudados por diversos autores, do mundo rico, à América Latina até chegar ao Brasil, e posteriormente pautando a realidade de Porto Alegre.

Os Espaços dos pobres, e o Efeito de lugar a partir dos processos de exclusão sócio-espacial

A globalização não faz o efeito de lugar desaparecer, pelo contrario a cidade Globalizada fortalece o efeito no território, pois as mudanças no âmbito da reestruturação produtiva têm reflexos no uso e na ocupação dos espaços, alterando as configurações sócio-espaciais na cidade global. Assim, em recorrência as mudanças macro do pós-fordismo, tem-se a privatização e a redução dos espaços públicos e a fragmentação da cidade, gerando isolamento social dos pobres, e diminuindo a heterogeneidade na convivência social entre classes (SHAPIRA, 1999). Traremos exemplos nesse capítulo que podem ser aplicados para as problemáticas de efeito de lugar sobre a produção do espaço urbano de Porto Alegre, mesmo que em escala reduzida, tanto no que condiz aos problemas sociais, quanto à escala demográfica, para nos ajudar no entendimento das questões sobre o efeito de lugar.

No avanço da privatização dos espaços públicos, a partir do fechamento de ruas e bairros de médio a grande porte, justificada pela busca de segurança privada, gerando segregação e o controle desses espaços. Entre os países “pobres” do mundo, o Rio de Janeiro é um bom exemplo de cidade fragmentada e geradora de auto-segregação crescente das altas classes médias – que controlam o poder social na cidade brasileira -, seja pelo esvaziamento demográfico das áreas onde já estão densamente presentes, seja pelo recurso da recriação do sistema de cidadela, concentrando os poderosos e vitoriosos da

globalização, territórios do autogoverno, conduzindo as cidades à fragmentação. A configuração de controle através da privatização dos espaços gera o processo refletido sociologicamente como isolamento social dos pobres urbanos, onde a relação e integração entre diferentes grupos socioeconômicos ou classes não dispões de mais espaços de uso em comum. Na realidade da América Latina o “ilhamento”² é uma das tendências nas cidades, conseqüência das mudanças no mundo do trabalho. O espaço urbano fragmenta-se, onde apaga as conexões entre espaços públicos de uso comuns entre dispares classes sociais. Estudar, trabalhar (ou não), morar e ter relações num espaço com os mesmos grupos sem interagir com outras realidades sociais, vem a agravar e dificultar o processo de desenvolvimento e superação das desigualdades sócio-econômicas (KATZMAN, 2001; RIBEIRO, 2004; 2007a; BOURDIEU, 1993).

Nos países ricos também o “Efeito de lugar” torna-se relevante nesse contexto de Globalização privatizadora, segregacionista, que fragmenta e gera isolamento social. Para Bidou-Zachariassen (1997), a questão da segregação e da crise urbana não é só social, mas também territorial, comprovando através da comparação de dois tipos de vizinhança com semelhança socioeconômica, mas que se localizam em dispares territórios dentro da França. Um periférico ZUP, outro centro antigo renovado. A partir desses dois exemplos de espaços urbanos e das trajetórias individuais ou familiares, a autora constata a tendência de que o território habitado influencia na forma de organização e relacionamento com os outros grupos do território urbano da cidade. Assim contesta-se a análise dominante de crise da cidade que corresponde principalmente ao deslocamento das “questões sociais”, que nega todas as dimensões territoriais, além de que as políticas públicas *foquistas* não dar conta do todo das relações sociais dentro de certo território, nesse caso, o tratamento dado à França (BIDOU-ZACHARIASEN, 1997). Com a segregação urbana e a reprodução das desigualdades dos aglomerados humanos, gera-se isolamento social.

Amenizaram-se as distâncias espaciais das periferias, mas por outro lado cria-se um maior afastamento da sociedade e de outras realidades frente às comunidades periféricas, populares ou pobres, vindo a proporcionar poucas perspectivas de ascensão social pela falta de contato entre os diferentes grupos sociais. Conforme Marzulo (2009), ao tratar da Vila Pinto no bairro Bom Jesus em Porto Alegre, a cidade chega até os bairros, localizando-se em área pericentrais cada vez mais valorizadas, tendo no entorno da Vila melhorias significativas, conquistadas através do Orçamento Participativo³. Ao mesmo tempo em que

ocorre esse avanço em direção ao centro, processa-se um afastamento social, na medida em que as possibilidades de inserção social parecem diminuir. Espacialmente encontram-se movimentos de sentidos opostos, onde há uma força centrípeta amarrando os moradores cada vez mais ao seu território e, paralelamente, uma força centrífuga jogando outros para a periferia distante da metrópole (MARZULO, 2009; RIBEIRO, 2007b). No caso das favelas cariocas, a melhora nas condições de vida significaria ascensão social, tendendo a sair das favelas. O mesmo ocorria nas ZUPs Francesas, onde esses locais eram transitórios, mas com a difícil mobilidade causada pela instabilidade do mercado de trabalho, tornam-se locais permanentes de moradia, gerando uma espécie de “ilhados”, pela falta de contato com outras realidades alimentando um processo de reprodução das desigualdades. O mesmo tende a ocorrer nas favelas cariocas ou na periferia de Porto Alegre (BIDOU-ZACHARIASEN, 1997; KAZTMAN, 2001; RIBEIRO, 2004).

A crise na estrutura do trabalho assalariado e estável, diminui as perspectivas de ascensão social. Aqueles que conseguem vencer as barreiras existentes no mercado de trabalho, estabilizando e/ ou aumentando sua renda tendem a abandonar a favela, é o que nos mostra estudos sobre mobilidade residencial entre as favelas centrais da cidade do Rio de Janeiro e a periferia metropolitana (LAGO; RIBEIRO, 2001). Nesse contexto constata-se que há um esgarçamento das condições modernas ao longo de sua continuidade histórica, em termos das relações classe e território, pois se a periferização histórica das famílias nunca esteve tão amenizada, dada à proximidade ao centro da metrópole em que se encontram no presente, nem seu acesso à infra-estrutura e equipamentos urbanos tão facilitados, por outro lado, seu horizonte de expectativa parece bastante diminuído, em relação a períodos históricos anteriores (MARZULO, 2009).

Além dessas considerações, Ribeiro (2004) alerta que a segregação não é tão-somente espacial, onde há o problema da concentração de um segmento populacional em territórios bem delimitados, mas implica também na institucionalização da inferioridade, da desclassificação e da imobilidade social dos habitantes desses territórios economicamente pobres. Não é só no espaço físico que aparece as diferenças, aparece no âmbito social também, onde o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas. O espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência desapercibida. Portanto, a

fragmentação social produzida pela segregação depende dos valores sociais e políticos que prevalecem em cada sociedade e em cada momento histórico (BOURDIEU, 1993).

O processo de isolamento espacial e social perante diferentes grupos sociais, também vem a gerar a disseminação dos valores da violência nas comunidades pobres e sem perspectiva, alimenta a degradação social. Esse processo oferece e retro alimenta os estereótipos da periferia frente aos outros e a si mesmo. Pois a exclusão social pode ser explicada através de duas dimensões: as mudanças no mercado de trabalho e a estigmatização do território. No caso das favelas na cidade do Rio de Janeiro os dados mostram a existência de importante divisão no espaço social da cidade. Questiona-se: As favelas são guetos? Têm-se duas hipóteses quanto à favela, uma sendo a favela considerada uma variável independente. Esse argumento aproxima a posição da favela no espaço social daquela dos guetos americanos na qual a inferioridade social dos seus moradores se reproduz como círculo perverso. A segunda hipótese, a mais adequada a ser considerada é a favela como uma variável dependente, com duas variantes explicativas, onde a separação favela e não favela expressaria a segmentação da acessibilidade aos recursos localizados desigualmente na cidade, sejam eles os relativos à moradia ou à oportunidade de trabalho e renda (LAGO; RIBEIRO, 2001; RIBEIRO, 2004). Também cabe nesse caso a discussão emblemática dos grandes conjuntos populares franceses (as ZUP's), onde a mídia e os formadores de opinião alimentam a estigmatização, como lugares malditos, de indignidade social e relegação cívica, agravando o peso da dominação simbólica desses locais, que já sofrem com a exclusão socioeconômica. Alimentando a segregação como sendo um processo de guetização ao molde norte-americano. Essa realidade pode ser aplicada à reflexão do caso brasileiro, concebendo como processo de segregação, e não de guetização (WACQUANT, 1993).

A luta pela apropriação do espaço é determinante para a capacidade de dominar o espaço a partir do capital que possui, pois o capital permite manter a distância as pessoas e as coisas indesejáveis, ao mesmo tempo em que aproxima de pessoas e coisas desejáveis. A proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a frequência a lugares bem frequentados (BOURDIEU, 1993). A partir dessa discussão, precisamos de uma reflexão crítica sobre os conceitos de espaço e de

distância social, ajudando-nos a identificar a situação social do lócus dos pobres a partir da avaliação empírica das diferenças sóciodemográficas, e o capital que este proporciona para a superação da pobreza nas distancias e aproximações de toda cidade.

A produção do espaço urbano através das políticas de moradia na cidade de Porto Alegre, dos anos de 1990 a 2010.

Se os fenômenos sociais que marcam a crise urbana se relacionam com os efeitos globais (alterações no sistema de produção), eles também são interpretados através de efeitos locais territorialmente constituídos (...). (BIDOU-ZACHARIASEN, 1997, p.1)

O espaço de uso e ocupação das classes populares em Porto Alegre remonta a noção de expansão de território em forma de periferização, nos moldes das cidades latino americanas. Lógica que cria um processo de exclusão através da distância espacial e dificuldade de acessos às benesses que o centro urbano proporciona. Configuração na distribuição do espaço que produz o efeito local territorialmente construído.

Nos dias atuais, o que configura como espaço dos pobres no município de Porto Alegre, são os grandes bairros da periferia que se constituíram em torno de conjuntos habitacionais populares para onde, primeiramente como processo de ocupação como política dos anos 70/80, onde foi destinado a populações oriundas de remoções, como é o caso da Restinga e posteriormente a Lomba do Pinheiro⁴. Além do bairro Rubem Berta, Jardim Leopoldina e seus adjacentes de seu entorno na zona norte da cidade, concentrando proporcionalmente o maior contingente populacional⁵, este sendo em sua maioria de assalariados relativo a outras localidades da cidade⁶. Também tem o caso da origem estar ligada aos trabalhadores da construção civil e suas famílias, que foram para os locais construir conjuntos habitacionais e acabam se instalando pelas redondezas, como é o caso do bairro Bom Jesus (MARZULO, 2009). Ocupação de território, pautada numa lógica de expulsão dos trabalhadores pobres para as periferias a ser ocupada.

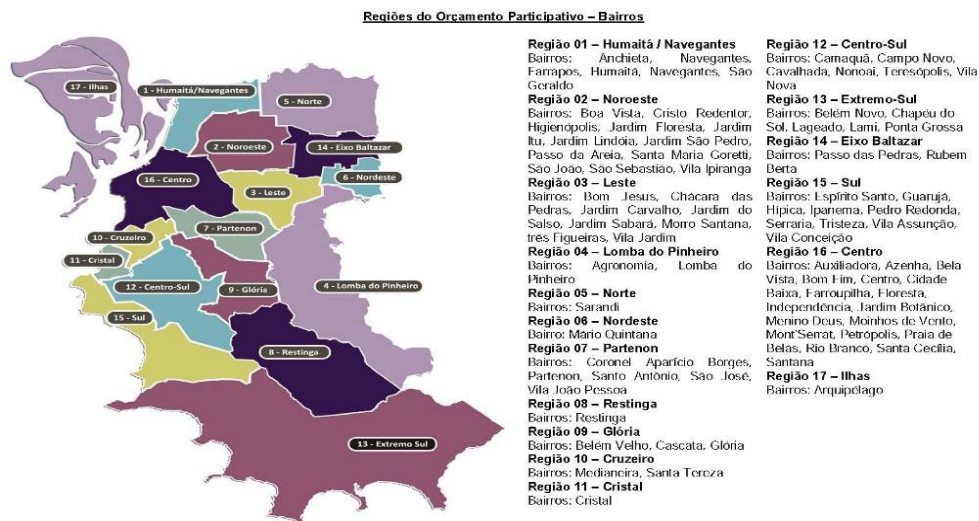


Figura 1 - Mapa da cidade de Porto Alegre, por Regiões do OP-Bairros

Posteriormente, essas localidades periféricas terão como atrativo o baixo custo dos alugueis e valores das moradias. Em seu entorno se instala populações originárias dos processos migratórios, do interior do Rio Grande do Sul em direção a capital. Esses territórios são localizados distantes da região central (vide Figura 1) de Porto Alegre, onde a infra-estrutura básica e os equipamentos eram/ são escassos, ou demoram a chegar. Essas localidades distantes diferem-se da região central da cidade, pois a lógica contribui para que o espaço social dependente do capital distribuído no espaço físico, em diferentes espécies de bens ou de serviços fisicamente objetivados produza relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado. A partir dessa lógica, a distância tem relação direta com o deslocamento entre estudo/ trabalho/ moradia/ lazer. No caso brasileiro o custo do transporte público consome grande parte do rendimento das famílias que dependem de deslocamento⁷, pesando na hora da busca do emprego e da contratação no mercado de trabalho, assim a distância social entre os bairros mais distantes e o centro da cidade se torna relevante (BOURDIEU, 1993).

A reificação do espaço social, tratada por Bourdieu (1993), aplicada à cidade de Porto Alegre pode ser caracterizada entre diferentes momentos, não é o caso a ser trabalhado neste texto através de uma periodização histórica, pois precisaríamos de um levantamento histórico aprofundado, vamos apenas citar algumas concepções que se tornaram

predominante no último período (compreendendo o período pós-democratização pós anos 1990 e seguindo até os dias atuais, 2010) na formulação das políticas públicas sobre o espaço físico e social do Município de Porto Alegre. Onde há, antes, a intensificação de uma dinâmica em sintonia com o processo histórico típico da sociedade de mercado: a segregação das classes e o afastamento dos sujeitos da classe popular do núcleo da ordem social estabelecida (MARZULO, 2009).

No decorrer dos anos de 1980 temos um processo de mudança na conjuntura política do Brasil, atrelada às mudanças no contexto internacional de esgotamento dos regimes autoritários e totalitários instaurados em grande parte na América Latina e partes da Europa. Paradoxalmente, nas metrópoles latino-americanas onde o contexto de democratização e de aumento dos direitos políticos se expandia se afirmam as lógicas de auto-segregação e de divisão dos espaços urbanos. Nos anos 1980 temos a multiplicação dos movimentos urbanos – mais presente no Brasil que nos outros países e a mobilização pelo aumento dos direitos sociais permitiram melhorias constantes em equipamentos e serviços nos bairros informais. O direito a uma moradia digna é um direito afirmado nas novas constituições. As vastas operações de regularização de cadastro nas periferias como nas zonas de vilas miseráveis, favelas, colônias irregulares, colocam fim as ameaças de extermínios e de mudanças que pesam nesses estabelecimentos humanos durante os períodos anteriores de ditadura⁸ (SHAPIRA, 2000).

Nessa conjuntura de democratização do Estado brasileiro temos em Porto Alegre as gestões da Frente Popular, entre 1990-2004, (frente à conjuntura hegemônica de exclusão neoliberal) política de governo pautada numa lógica norteadora das políticas públicas de moradias em loteamentos irregulares e precários. Assim, nos anos 90, o tratamento habitacional aos pobres da cidade produziu avanços quando se pautou o direito a moradia e que esta poderia ser nas áreas valorizadas (centrais) do município, pondo em cheque a lógica de expulsão dos pobres sem-teto para as localidades periféricas. Política que se dá na contramão nacional, período o auge da política econômica neoliberal no Brasil.

Os novos governos que se sucedem pós-1988 trabalham com projetos de moradias populares a partir da perspectiva política que prima pela inclusão, onde as construções de moradias dignas não necessitam de remoção do lugar a qual já se encontram habituados e integrados. A Regularização Fundiária, nos anos noventa é uma das principais demandas do movimento popular, passando a ser prioridade na distribuição de recursos. Em 1992, a Vila

Planetário é regularizada a partir de um projeto habitacional que legitima a manutenção das vilas em seu espaço já consolidado na região do OP centro, no bairro Santana, mesmo que este localize-se em uma área nobre da cidade (D'AVILA, 2000). Portanto, durante o período de governo da Frente Popular no município de Porto Alegre nascem os conjuntos residenciais: Planetário, Lupicínio Rodrigues, Princesa Isabel, dentre outros. Vejamos o exemplo da Vila Planetário:



Figura 2 - Google Maps – vista aérea da Vila Planetário já regularizada.

Percebemos a heterogeneidade proporcionada pela permanência das antigas ocupações, outrora irregulares – incrustada num tecido urbano consolidado na região central da cidade -, agora regularizada em forma de política de habitação. Essa política esbarra no limite simbólico do capital da diferenciação, capital econômico e simbólico dos diferentes grupos que integram essas localidades. Essa constatação da-se principalmente tendo em vista que alguns desses conjuntos, que proporcionaram a regularização dessas comunidades, se encontram próximos espacialmente de bairros elitizados, distante socialmente destes novos conjuntos populares, pois nesses territórios a homogeneidade do tecido já constituído se depara com a disparidade de “capital social”, entre os velhos e os novos moradores das regiões que agora se aproximam espacialmente. Essas localidades heterogêneas tende a virar guetos urbanos, devido às debilidades sócio-econômicas, não oferecendo mobilidade individual, nem tão pouca a coletiva. Para que ocorra a superação da pobreza, junto a política de habitação, é necessário que ocorra equidade em vários setores da vida social através de políticas públicas descentralizadas e de forte organização social (BOURDIEU, 1993; KATZMAN, 2007).

Posteriormente a esse período de governos populares que se sucederam até meados de 2004, vemos na cidade de Porto Alegre movimentos de setores de investimentos imobiliários que exerce gradativa pressão sobre o poder público e o legislativo, e aos poucos obtém êxitos quanto a alterações da legislação urbanística e ambiental, conquistada pós-constituição de 88 e seus desdobramentos como o PDDUA. Vide as tentativas de mudança dos índices construtivos e alteração na legislação quanto ao recuo da orla do Guaíba para grandes construções e empreendimentos. Um exemplo emblemático da constatação de mudanças pós 2004 no debate sobre as políticas habitacionais na cidade de Porto Alegre é a chamada “Vila Chocolateão” incrustada numa área nobre, próximo ao parque Harmonia e ao Guaíba, localizada na região Centro do OP em uma área que abriga órgãos públicos da cidade de Porto Alegre.



Figura 3 - Foto: acervo pessoal – Vista aérea da Vila Chocolateão

Conforme o Jornal Correio do Povo do dia 28 de agosto de 2010⁹ é noticiado que em torno de 200 famílias que moram há 20 anos irregularmente em local da região central da cidade de Porto Alegre, chamado de “Chocolateão” que fica na Avenida Loureiro da Silva, serão removidos para a Zona norte da cidade onde está sendo construído casas para recebê-los. A manchete da notícia é: “Famílias se apegam à Chocolateão”, matéria da ênfase a preocupação dos sem-teto quanto a grande distância do centro para o local em que serão alocados depois do despejo. Vejamos alguns trechos da reportagem:

Segundo o presidente da associação, Adenir Rosa, a mudança pode comprometer a vida das pessoas que tem seu sustento na reciclagem de lixo./ Para a moradora Tânia Regina Silva, a maior preocupação é a distancia do loteamento até o Centro. “Aqui temos acesso aos serviços que precisamos, como hospitais. Imagina se tivermos que pagar passagem para vir da zona Norte”, comentou ela, ,

que reside com o marido e os três filhos. A moradora disse ainda que outro receio é que a prefeitura não disponibilize a estrutura necessária, como creche e galpão para a reciclagem de lixo. (Jornal Correio do Povo, 28/08/2010, p. 18)

Conforme a página oficial da prefeitura de Porto Alegre, as 181 famílias cadastradas da “Vila Chocolate” serão reassentadas, onde os serviços já estão executados, e o Demhab está construindo as unidades habitacionais no loteamento situado na Avenida Protásio Alves, 9.099¹⁰, região Leste, quase Nordeste do OP. Assim como a “Vila Dique” que se encontra em processo de remoção e reassentamento de 1.476 famílias, da área entorno ao aeroporto Salgado Filho, costeando a entrada da cidade de Porto Alegre, para o loteamento em construção na Avenida Bernardino Silveira Amorim, 1915, região eixo Baltazar/ Norte do OP, quase divisa com o município de Alvorada¹¹. Conforme anunciado pelo DEMHAB (Prefeitura de Porto Alegre; Jornal Correio do Povo de 28/12/2010, p. 16) em *Outdoors* espalhados pela cidade de Porto Alegre durante o período de dezembro de 2010 e janeiro de 2011, sobre a transferência da “Vila Dique” para local longínquo se justifica pela ampliação da pista do Aeroporto, como preparativo para a Copa do Mundo de 2014.



Figura 4 - Foto: acervo pessoal – 23/12/2010

A partir do cenário de globalização e os efeitos no território, verificamos que Porto Alegre, mesmo tendo em um período tenha sido administrado na contramão da política habitacional excludente, mas amenizando as diferenças quanto ao capital espacial, não deixa de sofrer os reflexos do efeito de lugar quanto ao capital social no território porto-alegrense.

Já no período mais recente, a partir das políticas públicas de habitação dirigida aos pobres da cidade de Porto Alegre não se tem a preocupação em discutir a possibilidade de

permanência dessas populações nos locais onde se criou vínculos e facilita seu acesso a subsistência junto à região central da cidade. As políticas dos governos que seguiram a partir de 2004, até o ano 2010, vislumbram a ocupação de regiões longínquas ao centro, como o entorno da Restinga, Zona Sul e extremo-sul quase divisa com o município de Viamão, e a região Norte da cidade, principalmente o entorno do Eixo Baltazar/ Norte da região do OP, próximo à divisa com o município de Alvorada.

A discussão de “Efeito de lugar” e a apropriação do espaço urbano pelos pobres organizados em movimentos sociais em Porto Alegre

Em Porto Alegre, assim como nas maiorias das cidades a tentativa da descentralização dos serviços oferecidos pela região central da cidade, a partir da política dos grandes empreendimentos comerciais como Shopping em regiões mais afastadas do centro, pode ter tirado a força, mas não mataram os centros das cidades. O centro ainda é o local da concentração e circulação do capital, espaço de circulação contínua, onde oferece grandes possibilidades na busca de ganhos financeiros e de sobrevivência. A cidade é o lócus de grande circulação de pessoas, atrai fluxo e pessoas de todas as localidades. A maioria dos equipamentos básicos se encontra na região central (hospitais, escolas, agências bancárias, comércio abundante e variado, repartições públicas, bens de consumo, etc). Logo, estende o espectro de presença abundante de equipamentos e infra-estrutura aos bairros e regiões que circundam o centro (RIBEIRO, 2007b).

Depois das décadas de desconcentração e suburbanização, as cidades dos países mais desenvolvidos conhecem outras formas de evolução que não excluem as anteriores. Os corações das cidades são hoje objetos de dinâmicas múltiplas e de re-investimentos importantes, tanto de parte dos atores políticos e econômicos, como dos atores sociais. A cidade agora está no coração da economia mundial. Longe de ter feito desaparecer os efeitos de localização, o desenvolvimento das redes de comunicação multiplicou os espaços onde circulam os bens, pessoas, serviços e capitais. Os observadores reconhecem que esta evolução favoreceu antes de tudo as grandes metrópoles (BIDOU-ZACHARIASEN, 1997).

Em meados dos anos 90 o centro de Porto Alegre entra em decadência econômica, deixando de ser o centro financeiro, porém não se tem um processo de degradação massiva dessa localidade que continua sendo o lócus de grande circulação, comércio e serviços da cidade. O capital foge para as regiões consideradas mais nobres e que oferecem estruturas

mais modernas, região do bairro Moinhos de Ventos, e seguindo pelas avenidas Carlos Gomes e em direção a zona sul, a Avenida Praia de Belas.

Na esteira do processo contemporâneo de reabilitação dos centros tornados alvo de inúmeros projetos de intervenção econômica e cultural, na geografia capitalista da urbanização, eclodem os novos movimentos de moradia. Em 2003 da-se início ao Programa de reabilitação de Áreas Urbanas Centrais pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos/ Ministério das Cidades. Com estratégias inéditas de ação coletiva, revelam uma prática sócio-espacial que influenciou diversos grupos nas inúmeras capitais brasileiras: as ocupações. Prática esta que deve ser assinalada no contexto da retomada dos movimentos sociais de moradia no espaço urbano das metrópoles brasileiras, marcando um novo período de lutas que eclode em fins dos anos 90 e princípio de 2000 (BUONFIGLIO, 2007).

Dentre alguns exemplos para esse contexto, temos alguns grupos organizados que agem em luta contra o “efeito de lugar” e pela apropriação do espaço urbano na cidade de Porto Alegre. Trazemos aqui algumas das organizações que se organizam no Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, MNLM. Suas táticas de ações é a ocupação de prédios ou terrenos que se constitui como vazios urbanos, abandonados e que não estão cumprindo sua função social conforme os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Em Porto Alegre temos na região central a mais conhecida ocupação, que hoje se constitui como assentamento urbano por terem conquistado a posse do prédio, a Ocupação Utopia e Luta¹² nos altos do Viaduto da Borges de Medeiros. Também, ainda no perímetro central da cidade, temos a Ocupação 20 de Novembro, localizada na Avenida Padre Cacique, 1345, próximo ao Estádio do Sport Clube Internacional, o Beira Rio. Esta ocupação, tem como origem uma ocupação realizada em um prédio abandonado pelo poder público na Av. Mauá com a R. Caldas Junior, centro de Porto Alegre. A Ocupação 20 de Novembro que é composta em grande parte por trabalhadores/as que atuam no mercado informal de trabalho, vivem de biscates¹³, ou seja, sofrem os reflexos das mudanças em escala macro-econômica da desregulamentação do mercado formal de trabalho, conjuntura de esgotamento deste modelo de urbanização, em razão das transformações do mercado de trabalho e a expansão do emprego informal, precário, e de baixa remuneração, exigindo a proximidade da moradia dos locais possíveis da ocupação e da renda, o aumento do preço relativo dos transportes e da valorização das terras mais acessíveis da periferia

metropolitana (RIBEIRO, 2007b). A partir desse entendimento, conseguimos conceber que a importância de estar próximo ao centro da cidade, pois permite a busca de fontes de renda. Além que, para um Movimento permite uma melhor articulação política com entidades e organizações parceiras. Estar na região central, para a Ocupação 20 de Novembro, possibilitou a criação de uma Cooperativa como alternativa de fonte de renda para as famílias que ali vivem. Nesse contexto, podemos considerar a Ocupação como um agente coletivo de luta contra a apropriação do espaço que o capital força a predominar da lógica da cidade neoliberal.

Essas Ocupações do MNLM propõem subverter a lógica de expulsão dos pobres para as periferias, questionando a partir da dinâmica do Efeito de lugar, resistindo e pautando o direito a moradia e de uso dos espaços centrais por parte de quem não possui capital econômico, através de enfrentamento ao poder público e ao capital por meio de ocupações de imóveis públicos ou privados. Davis (2006) apresenta claramente como se dá a disputa e/ ou a colaboração entre Estado e a iniciativa privada sob a produção do espaço urbano onde a segregação urbana não é um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros (DAVIS, 2006).

No entanto essa discussão torna-se ainda mais pertinente no cenário brasileiro atual, onde nos encontramos em um momento de pré-copa do mundo (ocorrerá em 2014) e em nome dela muito dinheiro em obras de vulto e mudanças na cidade se efetivarão. Porto Alegre como uma das cidades sede dos jogos, também discute a reconfiguração do espaço urbano e os melhoramentos de sua infra-estrutura. As mudanças pensadas e algumas já em curso, em grande parte atingirão a região central da cidade, entre o centro e o Estádio Beira Rio em direção a zona sul da cidade. Os impactos dos grandes eventos na configuração espacial da cidade, ainda não são visíveis nesse período, sendo que as grandes operações urbanas transformam as cidades em cidades em pedaços de acordo com a lógica privada, reproduzindo um mesmo tipo de paisagem e de processo (SHAPIRA, 1999). Essa área onde as famílias da Ocupação se encontram assentadas provisoriamente desde 2007 é do poder municipal, e será incorporada ao projeto de ampliação e reforma do estádio do Sport Clube Internacional para a Copa de 2014. Até o momento a prefeitura apresentou apenas a proposta de reassentar as famílias da ocupação no extremo sul da cidade, a qual não foi

aceito. No entanto há quatro anos é eminente à desocupação. Já ocorreram reuniões com a Secretaria de Governança da Prefeitura e o Internacional, porem nenhuma informação se confirma¹⁴.

Esses reflexos no desenvolvimento sócio-territorial das cidades brasileiras são deveras importantes, refletindo no Efeito de lugar nos espaços dos pobres, assim como as Ocupações do MNLM atuam no território de Porto Alegre, e as ocupações dos sem-teto sendo um fenômeno que se reproduz nos centros antigos das metrópoles, clamando para que os estoques imobiliários em abandono cumpram sua função social. A Reforma Urbana e Reforma Sanitária são hoje dois lados da mesma moeda, qual seja a via para a constituição das condições coletivas de vida que correspondam às necessidades geradas por uma sociedade que concentra a maioria de sua população em cidades (RIBEIRO, 2007b).

Esses agentes pautam e disputam à apropriação do espaço urbano, questionando a ordem das mudanças estabelecidas no urbano, pautando criticamente a necessidade de pensar e reivindicar a apropriação do espaço. A participação ativa é importante, tanto pela pressão aos interesses de grupos que detém o poder político e econômico, quanto pela possibilidade de acumulo de Capital social. O rearmamento da configuração de ativos dos indivíduos e de suas moradias supõe o fortalecimento de proteção e segurança mínima, mas especialmente o desenvolvimento de capacidades pessoais e coletivas para a melhoria autônoma das condições de qualidade de vida. As capacidades coletivas se desenvolvem sobre a base de experiências de mobilização dos residentes, seja articulando esforços para o êxito de metas comuns, através do exercício de participação em organizações locais, do fortalecimento das habilidades para expressar publicamente opiniões e, em particular, da pratica da “voz ativa” perante as autoridades locais. Construir capital humano, como é o caso da progressiva incorporação de conteúdos mentais que associam esforços a êxitos, sendo, sobretudo construção de capital social (BOURDIEU, 1993, KAZTMAN, 2007).

Assim a organização dos casos aqui exposto, das Ocupações 20 de Novembro e Utopia e Luta, que enfrentam o poder publico e apresentam o debate à sociedade quanto o direito deles enquanto pobres sem-teto morarem na região central da cidade torna-se importante por se tratar da participação e mobilização da sociedade civil. Além de que se nada for feito, prevê-se que no futuro a cidade será fragmentada por fortificações isoladas, onde, sem a reativação das bases populares e sem uma ideologia baseada na responsabilidade individual e na consciência das necessidades sociais pode levar os povos latino-americanos

a reviver na “selva das cidades”. Logo, o gueto é também produzido pela estigmatização dos territórios onde se concentram os segmentos fragilizados economicamente, pela diminuição da densidade organizacional desses territórios e pela baixa presença do Estado. Sobretudo, a *guetificação* se realiza quando ocorre a desapropriação simbólica dos moradores desses territórios da capacidade de controle da sua representação social nas formas coletivas de classificação das divisões da sociedade e da sua identidade como grupo. Essa despossessão permite transformar os desiguais em proscritos sociais, e vivendo na desordem ou em uma outra ordem social considerada legitimamente como inaceitável (LAGO; RIBEIRO, 2001).

Se não houver a reativação da sociedade por meio de vigorosos movimentos sociais forçando a participação política e a definição de novas formas de controle dos setores que controlam o Capital, as cidades, o Estado e das instituições sociais básicas (RIBEIRO, 2004). Portanto, os conflitos e disputas de projetos de produção do espaço urbano são saudáveis e impossibilita que se tenha uma hegemonia dos interesses do capital no desenho urbano e configurações segregacionistas, conseqüentemente travando embate quanto as questões sociais e territoriais no desenvolvimento da cidade.

Considerações finais

O contexto urbano refletido pelas mudanças no âmbito produtivo de alterações macroeconômicas, reflete na produção do espaço social das cidades, conseqüentemente incide sob a segregação social e os efeitos que estes geram na dinâmica da desigualdade sócioespaciais. Os reflexos dessas mudanças sob o território são inevitáveis, para qual quer que seja a localidade do mundo globalizado. Dos locais mais pobres aos países mais ricos, os efeitos de território sob a sociedade refletiram em alguma mudança. Com intensidade e estruturas dispares, mas o efeito de lugar atingiu os pobres urbanos, alcançando do econômico para o social, do social para o território. A globalização não proporcionou homogeneidade na distribuição de capital econômico, social, cultural para todos viventes de um território, bem pelo contrario, fragmentou e isolou os “iguais” ou os “mais iguais” consigo mesmo. A crise econômica e as mudanças nas relações de produção fragilizam e diminuem as possibilidades de transito entre grupos que possuem diferentes acessos aos capitais econômico, social, cultural e espacial.

A partir da apropriação dos conceitos de espaço e de distância social, nos ajudam a identificar a situação social do lócus dos pobres a partir da avaliação empírica das diferenças sócio-demográficas que as distanciam e aproximam de toda cidade, consequentemente o efeito de lugar, o social e o território tendo reflexos no acumulo ou não de capital correspondente ao lócus. O território Porto Alegrense sente esses reflexos das mudanças macroestruturais, apesar de ter sido administrada por gestões que efetivavam políticas que ia à contramão da exclusão pautada pela especulação imobiliária, que tende a alçar para si os espaços valorizados e retorna ao mercado imobiliário o que os pobres não têm acesso pelo custo alto que os imóveis capitalizam.

A partir do cenário de globalização e os efeitos no território, verificamos que Porto Alegre, mesmo que em um período tenha sido administrado na contramão da política habitacional excludente, mas amenizando as diferenças quanto ao capital espacial, não deixa de sofrer os reflexos do efeito de lugar quanto ao capital social no território porto-alegrense. Mesmo que a política da administração popular na cidade de Porto Alegre não surtia de imediata integração entre a população vivente no tecido já consolidado com os conjuntos a pouco instituídos, pelo fosso dispare de capital social, os passos para integração, valorização e empoderamento em capital espacial dessa população pobre, que os projetos de habitação comumente excluem para as zonas periféricas da cidade, vide caso do conjunto Planetário.

Já os dois mandatos que seguem, de janeiro/ 2005 ao ano 2010, pós-Frente Popular, do pouco que atuou na área de habitação popular voltada para regularização e melhoria de moradia para os pobres, retomou a perspectiva de assentamentos em locais bastante distantes da região central, inclusive com remoção do centro para a periferia, casos que sairão de localidades próximas ao perímetro central, serão alocadas em territórios quase na divisa com outros Municípios da região metropolitana. As políticas desses governos vislumbram a ocupação de regiões longínquas ao centro, como o entorno de regiões de divisa com outros municípios. A política da atual gestão da prefeitura do município acaba sendo um agente propositor e reproduzidor do Efeito de território na cidade de Porto Alegre, pois não capitaliza para os pobres nem ao menos capital espacial, o que as políticas habitacionais proporcionadas pelos governos, de 1989 até janeiro de 2005 da Frente Popular, deixando mais distante a possibilidade de agregar a essa população capital social.

Também, vislumbramos as ocupações que questionam o porquê da lógica de que os pobres não têm o direito de morar na região central da cidade. Vimos o caso emblemático da Vila Chocolate e das ocupações do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia. Assim como os embates frente ao poder público e a sociedade promovido por esses movimentos, proporcionando aprendizado e acúmulo de capital social a esses pobres sem-teto organizados que lutam pelo Direito à cidade, ou ao centro. Chegamos à conclusão de que se faz necessário à reativação da sociedade por meio de vigorosos movimentos sociais forçando a participação política e a definição de novas formas de controle dos setores que controlam o Capital, as cidades, o Estado e das instituições sociais básicas. Portanto, os conflitos e disputas de projetos de produção do espaço urbano são saudáveis e impossibilita que se tenha uma hegemonia dos interesses do capital no desenho urbano e configurações segregacionistas, conseqüentemente travando embate quanto às questões sociais e territoriais no desenvolvimento da cidade. Não temos conclusão derradeira nesse trajeto de reflexão, pois este se propõe a iniciar o debate quanto ao Efeito de lugar e o espaço dos pobres na cidade de Porto Alegre e a questão da moradia do período que compreende as duas últimas décadas passadas.

Referências Bibliográficas

- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. La prise em compte de l' "effet de territoire" dans l'analyse des quartiers urbains. *Revue Française de Sociologie*, XXXVIII-I, 1997. p.97-118.
- BOURDIEU, Pierre. Efeito de Lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do Mundo*. RJ: Ed. Vozes, 1993. p. 159-166.
- BUONFIGLIO, Leda. *O Resgate do centro de Porto Alegre: A luta dos sem-teto pelo direito à moradia*. Orientação Nelba Penna, Dissertação PPG Geografia/ UnB, 2007.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do*. 1988.
- D'AVILA, Naida. *DEM HAB: Com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre*. Unidade Editorial, SMC/ Prefeitura de Porto Alegre, 2000.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- KATZMAN, Ruben. A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana. In: *As metrópoles e a questão social brasileira*. RIBEIRO, Luiz C. de; SANTOS Jr., O. dos (Orgs.). RJ: Revan/ FASE, 2007. p.301-339.

_____. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. In: *Revista de la CEPAL* 75, diciembre, 2001. p.171-189.

LAGO, Luciana do; RIBEIRO, Luiz C. de. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. In: _____; BÓGUS, Lúcia M. (Orgs.). *Cadernos Metrôpoles: desigualdade e governança*. Grupo de Pesquisa PRONEX, n 5, SP: EDUC, 2001. p.37-59.

MARZULO, Eber. Metrôpole e classe: crítica ao conceito de segregação sócio-espacial. In: *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. Buenos Aires: ALAS/ CD-ROM, 2009.

RIBEIRO, Luiz C. de. Metrôpoles, Reforma Urbana e desenvolvimento Nacional. In: _____; SANTOS Jr., Orlando A. dos (Orgs.). *As metrôpoles e a questão social brasileira*. RJ: Revan/ FASE, 2007a. p.21-50.

_____. A habitação nas cidades inacabadas. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico – Com Ciência*. Unicamp, n°88, 2007b.

_____. A metrôpole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: _____ (Org.), *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*, SP/RJ: Fundação Perseu Abramo/FASE, 2004. p.17-40.

SHAPIRA, Marie-France P. Métropoles d' Amérique Latine: de l'espace public aux espaces privés. In: *Cahiers des Amériques Latines*, n° 35, 2000. p. 15-19.

_____. Amérique latine: la ville fragmentée. In: *Esprit*, novembre, 1999. p.128-144.

WACQUANT, Loic. Da América como utopia às avessas. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do Mundo*. RJ: Ed. Vozes, 1993. p. 167-175.

Outras Fontes (Periódicos e Mídias eletrônicas):

Blog da Ocupação Utopia e Luta/ MNLM. <http://utopia-e-luta.blogspot.com/>, 2010.

Blog da Ocupação 20 de Novembro/ MNLM. <http://ocupacao20denovembro.blogspot.com>, 2010.

Jornal Correio do Povo. Rio Grande do Sul, 28 de agosto de 2010, p. 18.

_____. Rio Grande do Sul, 28 de dezembro de 2010, p. 16.

Jornal O Globo (eletrônico), 16 de agosto de 2010, <http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/08/16/o-preco-da-volta-para-casa-pais-tem-37-milhoes-de-pessoas-que-nao-tem-dinheiro-para-pagar-passagem-regularmente-917412964.asp>.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Página Oficial na web).
<http://www.portoalegre.rs.gov.br/>, 2010.

Notas

1 Esta conclusão e delimitação de favelização do chamado Terceiro Mundo, Davis (2006a: 2006b) toma como base os estudos da UN-Habitat, *The challenge of the slums: global report on human settlements 2003* (Londres, 2003). Porém, para os dias atuais, é necessário nos precaver quanto a esses dados que não parece mais compatível como a realidade do Brasil de 2010, onde já na primeira década do século XXI as alterações político-econômica, onde fale o modelo neoliberal e se incorpora um Estado social (sem deixar que elemento do primeiro permaneça presente) refletem nas mudanças e na configuração urbana das cidades atuais.

2 Termo traduzido do francês.

3 Instrumento utilizado para consulta da população sobre o destino do Orçamento do município de Porto Alegre. A partir de agora, nos referiremos como OP.

4 Mapa onde consta a distribuição em % da população dos bairros em relação à cidade (dados de 2000), região da Restinga: 3,71 a 4,94 % da população da cidade. Região comparada ao todo da cidade de Porto Alegre e seu entorno de pouca povoação (exceto a Lomba do Pinheiro que tem 2,48 a 3,71% da população, mesmo índice do Centro, Partenon e Bom Jesus) se caracteriza pelo índice auto de população. Informações pagina oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 12/2010.

5 Mapa onde consta a distribuição em % da população dos bairros em relação à cidade (dados de 2000), região Nordeste: 6,17 a 6,67 % da população da cidade. Região mais populosa. Informações pagina oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 12/2010.

6 Mapa onde consta a distribuição em % de empregados com carteira de trabalho assinada por Região do OP (dados de 2000), ROP Nordeste: 49,25 a 52,03 % da população assalariada. Informações pagina oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 12/2010.

7 Conforme matéria do Jornal O Globo de 16/08/2010: O preço da volta para casa; país tem 37 milhões de pessoas que não têm dinheiro para pagar passagem regularmente. Milhões de brasileiros que, semanalmente, não podem usar o transporte público de forma regular, por não terem como pagar a tarifa ou, simplesmente, como forma de economizar. A estatística é da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) e tem como base estudos do IPEA.

8 Tradução livre dos autores deste artigo.

9 Jornal Correio do Povo. Rio Grande do Sul, 28 de agosto de 2010, p. 18.

10 Informações retiradas da pagina oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 10/2010.

11 Jornal Correio do Povo. Rio Grande do Sul, 28 de Dezembro de 2010, p. 16.

12 Informações extraídas do blog da Ocupação Utopia e Luta.

13 Informações extraídas fruto de observação-participante a partir do segundo semestre de 2009 e no ano de 2010.

14 Informações extraídas do blog da Ocupação 20 de Novembro.